



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 03/2021

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N. 03/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO N. 0002946-15.2021.6.22.8011

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA E A ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – OAB, SUBSEÇÃO CACOAL – RO, OBJETIVANDO A COMUNHÃO DE ESFORÇOS PARA A INSTALAÇÃO E O FUNCIONAMENTO DE ESPAÇO DESTINADO A FUNCIONAR TEMPORARIAMENTE A 11ª ZONA ELEITORAL DE CACOAL/RO.

A UNIÃO, por meio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA – TRE-RO**, CNPJ 04.565.735/0001-13, com sede na Av. Presidente Dutra, 1889 – Baixa União, CEP: 76.805-859, em Porto Velho/RO, neste ato representado por sua Diretora Geral, senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG 294.893-SSP/RO e do CPF 475.106.849-00, e a **ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – OAB, SUBSEÇÃO CACOAL – RO**, CNPJ 04.079.224/0001-91, com sede na Rua Anísio Serrão, 2482, bairro Centro, CEP: 76.963-728, em Cacoal/RO, Telefone(s): (69) 3441-2748 / (69) 3217-2101; E-mail(s): cacoal@oab-ro.org.br, neste ato representado pelo Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Rondônia, Senhor **ELTON JOSÉ ASSIS**, brasileiro, casado, portador da Carteira profissional OAB/RO 631, da Cédula de Identidade RG 1874008 - SSP/GO e do CPF 386.273.292-49, Telefone(s): (69) 3217-2103 e (69) 98403-9698, E-mail(s): pres@oab-ro.org.br, resolvem celebrar o presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**, conforme autorização constante no Decisão/2021/PRES/GABPRES, de 16/09/2021 (evento [0739066](#)), Despacho n. 1479/2021/PRES/GABDG (evento [0754533](#)) e informações eventos [0741674](#) e [0742003](#), e consoante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

O presente Acordo de Cooperação Técnica tem por objeto a comunhão de esforços para a instalação e o funcionamento de espaço destinado a funcionar temporariamente a 11ª zona eleitoral de Cacoal/RO, para atendimento aos eleitores no referido Município, em razão da reforma que está sendo realizada no imóvel da 11ª Zona Eleitoral de Cacoal/RO.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA OAB, SUBSEÇÃO CACOAL/RO

São obrigações da instituição supramencionada:

1. Disponibilizar espaço físico com instalações e mobiliário adequados, sem ônus financeiro para o TRE-RO, para o funcionamento temporário de local para atendimento ao eleitor nesse município, durante o prazo de vigência deste Acordo, ficando responsável pelas despesas com energia, internet, água tratada e segurança, sendo o espaço referido composto de 01 (uma) sala com mesa oval, 06 (seis) cadeiras giratórias em couro preto, 01 (um) guichê na recepção e espaço para guarda do veículo oficial do TRE-RO; e
2. Realizar outras atividades necessárias à plena execução deste Acordo.

Subcláusula Primeira - Em hipótese alguma a Justiça Eleitoral terá qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária para com a OAB, SUBSEÇÃO CACOAL/RO, em relação a qualquer ação ou omissão praticada por esta última, ou por seus funcionários, direta ou indiretamente relacionada a este instrumento, que afete os beneficiários ou quaisquer terceiros.

Subcláusula Segunda - É expressamente vedada a menção de nomes de pessoas ou agentes públicos específicos, em decorrência do princípio da impessoalidade, sendo possível dar publicidade deste Acordo, sem favorecimento de qualquer servidor ou autoridade.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO TRE-RO

São obrigações do TRE-RO:

1. Zelar pelo espaço e pelo mobiliário posto à disposição;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2. Fornecer e disponibilizar os equipamentos e materiais necessários, inclusive os *kits* Biométricos e sistemas de informação, e mantê-los em perfeita condição de funcionamento para a adequada prestação de serviços;
3. Disponibilizar servidor da Justiça Eleitoral para exercer as atividades administrativas no local disponibilizado, realizando todo o controle e acompanhamento necessários;
4. Disponibilizar funcionário(a) terceirizado(a) para limpeza do local disponibilizado, realizando todo o controle e acompanhamento necessários;
5. Disponibilizar materiais de higiene e limpeza, bem como se responsabilizar pelo fornecimento de água mineral, café e açúcar; e
6. Realizar outras atividades necessárias à plena execução deste Acordo.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

O presente instrumento terá vigência a contar de 20/09/2021 até o dia 30/11/2021, podendo ser prorrogado se houver interesse de ambas as partes, mediante lavratura de Termo Aditivo.

CLÁUSULA QUINTA - DAS ALTERAÇÕES

Mediante Termo Aditivo, as partes, de comum acordo, poderão promover alterações ao presente Instrumento, desde que não importem em descaracterização do seu objeto.

CLÁUSULA SEXTA - DA ADESÃO

Este Acordo de Cooperação Técnica poderá ter adesão de outros entes ou órgãos da Administração Pública, direta e indireta, com o apoio institucional e disponibilização de servidores na forma e nas condições nele estabelecidas, mediante assinatura de Termo de Adesão.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

O presente Acordo de Cooperação Técnica poderá ser denunciado por iniciativa de qualquer dos partícipes, mediante comunicação escrita, com



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

antecedência mínima de 30 (trinta) dias, ou rescindido por descumprimento de qualquer de suas cláusulas, assumindo cada partícipe os respectivos ônus decorrentes das obrigações assumidas.

CLÁUSULA OITAVA - DA GESTÃO

No TRE-RO, a gestão do presente Acordo de Cooperação Técnica ficará sob a responsabilidade do Juízo da 11ª Zona Eleitoral de Cacoal/RO e a fiscalização deste instrumento ficará sob a responsabilidade do Chefe de Cartório da mencionada Zona Eleitoral

CLÁUSULA NONA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente instrumento tem como fundamentação, no que for compatível, o contido no art. 116 da Lei 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA PUBLICAÇÃO

O TRE-RO providenciará a publicação resumida do presente instrumento e, de eventuais aditamentos, no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia - DJE, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, na forma do Parágrafo único do art. 61, da Lei 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Em cumprimento ao art. 55, § 2º da Lei 8.666/1993, o Foro legal para solucionar questões resultantes da aplicação deste Acordo ou a ele relativas, não resolvidas na esfera administrativa, é o da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com sede em Porto Velho/RO.

E por estarem em concordância, lavrou-se o presente instrumento, que, após lido e achado conforme pelas partes, foi assinado por meio do Sistema Eletrônico de Informação – SEI.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos

Porto Velho/RO, 27 de outubro de 2021.

LIA MARIA ARAÚJO LOPES

Diretora Geral do TRE-RO

ELTON JOSÉ ASSIS

Presidente da OAB/RO



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 28/10/2021, às 08:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ELTON JOSÉ ASSIS, Usuário Externo**, em 04/11/2021, às 11:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0755202** e o código CRC **FC28063D**.

0002946-15.2021.6.22.8011

PROCESSO: 0002946-15.2021.6.22.8011

INTERESSADO: 11ª ZONA ELEITORAL

ASSUNTO: Análise de minutas de acordos de cooperação a serem celebrados entre este Tribunal Regional Eleitoral e Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Subseção Cacoal, e Cacoal Shopping – Funcionamento da 11ª Zona Eleitoral durante os trabalhos de reforma na sua sede.

PARECER JURÍDICO Nº 170 / 2021 - PRES/DG/AJDG



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

I – DO RELATÓRIO

01. Trata-se de processo instaurado para o trâmite do acordo de cooperação técnica a ser celebrado - ACT entre este Tribunal Regional Eleitoral (TRE-RO) e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Subseção Cacoal, e o Cacoal Shopping, com intuito de instalar provisoriamente o Cartório da 11ª Zona Eleitoral (ZE) em espaço disponibilizados pelas referidas pessoas jurídicas.

02. Inicialmente, a Chefe de Cartório da 11ªZE certificou a possibilidade de utilização de local oferecido pela administração do Cacoal Shopping e de sala na sede da OAB, Subseção Cacoal, consoante Certidão 180 ([0736154](#)).

03. Em seguida, juntou-se o Ofício nº 161/2021 – CRE/GAB11ªZE/11ªZE ([0736464](#)), no qual o Juiz Eleitoral da ZE citada solicita ao presidente deste Tribunal autorização para que, excepcionalmente, o trabalho remoto seja mantido na referida ZE durante a reforma do Fórum Eleitoral de Cacoal.

04. No Despacho nº 312/2021 – PRES/GABPRES ([0736596](#)), a Presidência remeteu os autos a Secretária de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade (SAOFC) para prestar informações sobre a reforma no Cartório Eleitoral da 11ªZE, a ausência de previsão de aluguel temporário de imóvel e a cessão temporária das instalações de algum órgão para garantir o atendimento dos eleitores, bem como determinou a manifestação da Diretoria-geral (DG) e da Corregedoria Regional Eleitoral (CRE) acerca do pleito apresentado.

05. Após instrução dos autos - em especial Manifestação nº 348/2021 – PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC ([0736596](#)), Manifestação nº 27/2021 – CRE/COORCRE ([0738078](#)) e Manifestação nº 308/2021 – PRES/DG/GABDG ([0738545](#)), o Presidente, mediante Decisão nº 207/2021 – PRES/GABPRES ([0739066](#)), autorizou o funcionamento provisório da referida ZE, até a conclusão da reforma de seu Fórum, na sede da Subseção de Cacoal da Ordem dos Advogados do Brasil (Cartório Eleitoral) e no Cacoal Shopping (Atendimento ao público), condicionada a mudança de links de conexão à rede da Justiça Eleitoral. Além disso, determinou à DG a formalização dos atos e demais providências pertinentes para transferências dos serviços da 11ª ZE para as referidas localidades.

06. Assim sendo, as minutas dos Acordos de Cooperação Técnica – ACT ([0745913](#) e [0745917](#)) foram elaboradas pela Seção de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Contratos (SECONT), com base em informações esparsas destes autos, principalmente nos eventos [0741674](#) e [0742003](#), conforme Remessa nº 234/2021 – PRES/DG/SAOFC/COMAP/SECONT ([0745913](#)). **É o necessário relato.**

II – DA ANÁLISE JURÍDICA

07. A Lei nº 8.666/93, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, estabelece que as minutas de acordos da Administração Pública devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração, *in verbis*:

Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente:

[...]

Parágrafo único. As **minutas** de editais de licitação, bem como as dos contratos, **acordos**, convênios ou ajustes **devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração**. (sem grifo no original)

08. Examinando as minutas dos acordos de cooperação quanto à forma, conteúdo e observância da legislação, conclui-se que estão adequadas e contemplam os fins a que se propõem.

09. Em relação à **forma**, embora tratar-se de acordo de cooperação, cuja elaboração não exige maior rigor formal quando **não envolve responsabilidade de natureza econômico-financeira**, as minutas anexas estão alinhadas, no que for compatível, com as disposições do art. 55 e seguintes da Lei nº 8.666/93, que estabelece as cláusulas mínimas dos contratos administrativos, em especial:

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

I - o **objeto e seus elementos característicos**;

II - o **regime de execução** ou a forma de fornecimento;

(...)

VII - os **direitos e as responsabilidades das partes**, as penalidades cabíveis e os valores das multas;

VIII - os **casos de rescisão**;

(...)

2º Nos contratos celebrados pela Administração Pública com pessoas físicas ou jurídicas, inclusive aquelas domiciliadas no estrangeiro, deverá constar necessariamente **cláusula que declare competente o foro da sede da**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Administração para dirimir qualquer questão contratual, salvo o disposto no § 6º do art. 32 desta Lei.

(...) (sem grifo no original)

10. Outro aspecto importante a se observar, é quanto à retroatividade das vigências de ambas as minutas juntadas. Neste ponto é importante esclarecer que, apesar de sua natureza contratual, **convênios não são contratos administrativos**, compreendendo relações jurídicas distintas com característica próprias. Veja-se:

O convênio não constitui modalidade de contrato, embora seja um dos instrumentos de que o Poder Público se utiliza para associar-se com outras entidades públicas ou com entidades privadas.

Define-se o convênio como forma de ajuste entre o Poder Público e entidades públicas ou privadas para realização de objetos de interesse comum, mediante **mútua colaboração**.

O convênio tem em comum com o contrato o fato de ser um acordo de vontades. Mas é um acordo de vontades com características próprias. Isso resulta da própria Lei nº 8.666/93, quando, no art. 116, caput, determina que suas normas se aplicam aos convênios “no que couber”. **Se os convênios tivessem natureza contratual, não haveria necessidade desta norma, porque a aplicação da Lei já decorreria dos artigos 1º e 2º.** (Di Pietro, 2017, p. 389)¹ (sem grifo no original)

11. Nesse sentido, entende-se que não são aplicados aos ajustes, ora em análise: a) nulidade de contrato verbal prevista no art. 60, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, e b) obrigatoriedade da existência de documento escrito anterior ao início da execução do objeto, inferida da leitura conjunta dispositivo legal citado e do art. 62.

12. Essa conclusão encontra respaldo na manifestação do Ministro do Tribunal de Contas da União, Benjamin Zymler, feita em seminário sobre licitações e contratos realizado pela Consultoria Jurídica do Ministério da Justiça, em 26 de outubro de 2006, *in verbis*:

Questão 5

Convênio de cooperação técnica entre órgãos públicos, que não envolve repasse de recursos, pode ter vigência por prazo indeterminado, face ao contido nos artigos 57, § 3º, e 116, caput, da Lei nº 8.666/1993? Gentileza contemplar, na resposta, os convênios de cooperação técnica entre órgãos públicos celebrados antes da vigência da Lei nº 8.666/1993, mais precisamente, em 1990.

"São denominados convênios as avenças que são celebradas visando à consecução de objetivos comuns. Dentro desse gênero, há duas espécies principais: os convênios de cooperação técnica e aqueles celebrados visando à execução descentralizada de programas governamentais. No caso do convênio de cooperação técnica, não existem as transferências voluntárias de recursos financeiros que caracterizam a segunda espécie de convênios. Ressalto que as Instruções Normativas da STN fazem menção expressa apenas aos convênios vocacionados para a transferência de recursos financeiros. **Os dispositivos da Lei nº 8.666/1993, em especial, seu art. 116, aplicam-se apenas aos convênios direcionados à transferência de recursos financeiros.** Assim sendo, entendo que aos convênios de cooperação técnica não



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

se aplicam os prazos de vigência contratual fixados no art. 57 da Lei de Licitações e Contratos. O art. 82 do Decreto-Lei nº 2.300/1986 estipulava que as disposições contidas nesse normativo aplicavam-se aos convênios. Esse normativo também não se aplica aos convênios de cooperação técnica. Afinal, a Lei de Licitações e o Decreto-Lei nº 2.300/1986 fixaram limites para a vigência dos convênios com fulcro no Direito Financeiro, especialmente no conceito de exercício orçamentário. Esses conceitos não se aplicam aos convênios em tela, que não se prestam a transferências financeiras"2. (sem grifo no original)

13. Nesta citação, a despeito de o tema ser o prazo de vigência indeterminado nos convênios, infere-se de sua leitura que a Lei de Licitação e Contratos deve ser aplicada aos acordos de cooperação sem repasses financeiros de forma cautelosa, apenas no que for compatível a sua natureza específica. Este instrumento deve contemplar os elementos necessários a sua consecução, tais como: descrição do objeto, responsabilidade dos partícipes, forma de execução, recursos humanos e financeiros (quando for o caso), alterações, vigência, rescisão e o foro.

14. Além disso, infere-se dos autos que a Administração decidiu iniciar a execução do referido convênio antes de sua formalização, levando em consideração a conveniência e oportunidade, pois não havia tempo hábil entre o início do retorno imediato dos servidores com esquema vacinal completo ao trabalho presencial, em razão da IN TRE-RO 4/2021, e os procedimentos administrativos necessários para a instrumentalização desta cooperação mútua já definida.

15. Por outro lado, alerta-se que tal prática não se torne habitual, uma vez que a Administração Pública deve observar o princípio do formalismo moderado que consiste na necessidade de ritos e formas necessária a realização de um ato administrativo.

16. Deste modo, considerando que não há obrigações recíprocas de natureza econômico-financeira entre as partes, é possível concluir que as minutas sob análise também atendem, no que for compatível, as disposições do art. 116 e seguintes da Lei nº 8.666/93, que estabelece regras específicas para os acordos firmados pela Administração Pública.

17. Acerca do conteúdo, a minuta contempla o objeto do acordo, estabelecendo as regras necessárias para sua execução conforme o fim proposto, que **tem por objetivo a mútua cooperação entre os partícipes visando a instalação e o funcionamento de espaço destinados a funcionar temporariamente a 11ª ZE de Cacoal/RO, para o atendimento aos eleitores no referido município, em razão da reforma do imóvel da mencionada ZE.**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

18. Com relação às pessoas jurídicas envolvidas, destaca-se que o cerne das suas atribuições encontra descrito na cláusula segunda das minutas juntadas (0745913 e 0739964).

19. Por outro lado, as principais atribuições da Justiça Eleitoral presentes nos documentos sob exame, são a disponibilização de servidores capacitados para exercer as atividades administrativas no local disponibilizado, realizando todo o controle e acompanhamento necessários, e disponibilizaçãomobiliário e internet, bem como os equipamentos de informática e materiais necessários, inclusive kit's biométricos para realização dos trabalhos de revisão do eleitorado (Cláusula Terceira).

20. Quanto sua publicação, a Cláusula Décima prescreve que será realizada no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia - DJE; e, na Clausula Décima Primeira, nos termos do § 2º do art. 55 da mesma Lei, o Foro eleito para solucionar questões resultantes da execução do ACORDO ou a ele relativas, não resolvidas na esfera administrativa, é a Seção Judiciária do Estado de Rondônia.

21. Nesses termos, verifica-se que as parcerias buscadas por meio dos Acordos de Cooperação que se pretendem firmar com a Subseção de Cacoal da Ordem dos Advogados do Brasil (Cartório Eleitoral) e o Cacoal Shopping (Atendimento ao público), encontram-se em conformidade com os parâmetros normativos da **Lei nº 8.666/93**. Ainda, consta-se que as partes do ajuste se encontram no exercício legítimo de suas autonomias administrativas, que no caso estão claramente dirigidas para a realização de seus desideratos legais.

III – DA CONCLUSÃO

22. Diante do exposto, para cumprimento do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, esta Assessoria Jurídica **APROVA** os termos e condições das minutas dos ACTs juntados a este procedimento ([0745913](#) e [0745917](#)), estando os instrumentos aptos a normatizar os ajustes propostos.

23. Por fim, registra-se que esta unidade jurídica analisou os aspectos formais e jurídicos dos instrumentos de acordo, conforme pedido a ela submetido, já que inábil regimentalmente para pronunciar-se acerca de outras questões.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

-
-
-
1. Di Pietro, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 30. Ed. , atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2017.
 2. SOUZA, Clayton Ribeiro. “Aplicabilidade do 1º do Art. 65 da Lei nº 8.666/93 aos Convênios da Administração Pública”. Revista da AGU. Vol. 12. Brasília: Advocacia-Geral da União, 2007, pp. 5-6.



Documento assinado eletronicamente por **MAIARA SALES DO CASAL**, **Analista Judiciário**, em 11/10/2021, às 16:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, **Assessor Jurídico da Diretoria Geral**, em 11/10/2021, às 16:17, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0749556** e o código CRC **62A9D481**.

0002946-15.2021.6.22.8011

PROCESSO: 0002946-15.2021.6.22.8011

INTERESSADO: 11ª ZONA ELEITORAL

ASSUNTO: Acordos de cooperação a serem celebrados entre este Tribunal Regional Eleitoral e Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) - Subseção Cacoal e Cacoal Shopping – Funcionamento da 11ª Zona Eleitoral durante os trabalhos de reforma na sua sede.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

DESPACHO Nº 1479 / 2021 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo instaurado para firmar acordo de cooperação técnica entre este Tribunal Regional Eleitoral (TRE-RO) e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e o Cacoal Shopping, com intuito de instalar provisoriamente o Cartório da 11ª Zona Eleitoral (ZE), em espaços disponibilizados pelas referidas pessoas jurídicas ([0735979](#)).

O Juiz da 11ª Zona Eleitoral, mediante Ofício nº 161/2021 – CRE/GAB11ªZE/11ªZE ([0736464](#)), solicitou ao Presidente deste Tribunal autorização para que, excepcionalmente, o trabalho remoto seja mantido na referida ZE durante a reforma do Fórum Eleitoral de Cacoal.

Por meio do Despacho nº 312/2021 – PRES/GABPRES ([0736596](#)), o Presidente determinou a remessa dos autos à Secretária de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade (SAOFC), para prestar informações sobre a reforma no Cartório Eleitoral da 11ª ZE, a ausência de previsão de aluguel temporário de imóvel e a cessão temporária das instalações de algum órgão para garantir o atendimento dos eleitores, bem como a esta Diretoria-Geral (DG) e à Corregedoria Regional Eleitoral (CRE) para manifestação acerca do pleito apresentado.

Em atendimento ao referido despacho, foram colacionadas aos autos a Manifestação nº 348/2021 – PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC ([0736596](#)), Manifestação nº 27/2021 – CRE/COORCRE ([0738078](#)) e Manifestação nº 308/2021 – PRES/DG/GABDG ([0738545](#)).

Na sequência, foi proferida a Decisão nº 207/2021 – PRES/GABPRES ([0739066](#)), pela qual a Presidência autorizou o funcionamento provisório da 11ª ZE, até a conclusão da reforma de seu Fórum, na sede da Subseção de Cacoal da Ordem dos Advogados do Brasil (Cartório Eleitoral) e no Cacoal Shopping (Atendimento ao público), condicionado à mudança de *links* de conexão à rede da Justiça Eleitoral. Além disso, determinou a esta DG a formalização dos atos e demais providências pertinentes para transferências dos serviços da 11ª ZE para as referidas localidades.

A Seção de Contratos - SECONT, elaborou as minutas dos Acordos de Cooperação Técnica – ACT ([0745913](#) e [0745917](#)) com base em informações destes autos, principalmente dos eventos [0741674](#) e [0742003](#), conforme Remessa nº 234/2021 – PRES/DG/SAOFC/COMAP/SECONT ([0745913](#)).

A AJDG, nos termos do Parecer Jurídico n. 170/2021 ([0749556](#)), entendeu que as minutas analisadas



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

estão em **conformidade** com a Lei nº 8.666/93, bem assim que as partes dos ajustes encontram-se no exercício legítimo de suas autonomias administrativas, que no caso estão claramente dirigidas para a realização de seus desideratos legais. Por esse motivo, aprovou os termos das minutas ([0745913](#) e [0745917](#)), em cumprimento ao artigo 38, parágrafo único, da Lei n. 8.666/93.

Há manifestação favorável da SAOFC, pela celebração dos Acordos de Cooperação Técnica entre este Tribunal e a Ordem dos Advogados do Brasil - OAB ([0745913](#)), bem como com o CACOAL SHOPPING, por meio da empresa RPC ADMINISTRADORA DE IMOVEIS EIRELI, CNPJ 25.206.342/0001-93 ([0745917](#)), conforme registrado no evento [0749813](#).

A 11ª Zona Eleitoral juntou a Solicitação n. 116/2021 ([0753362](#)) e a Informação n. 111/2021 ([0754184](#)) noticiando que o Acordo de Cooperação ([0745913](#)) será assinado pelo Presidente da OAB/RO. Para tanto informou seus dados.

Assim instruídos, vieram os autos para esta Diretora-Geral.

Registra-se que se trata de acordo de cooperação técnica, cuja elaboração não exige maior rigor formal quando não envolve responsabilidade de natureza econômico-financeira.

Com efeito, a parceria ora buscada encontra normatização na Lei nº 8.666/93, que dita todos os parâmetros normativos para verificação da legalidade, forma e conteúdo dos acordos pretendidos.

Vale registrar que o referido ajuste não envolve obrigações recíprocas de natureza econômico-financeira entre os signatários, e tem por objeto a comunhão de esforços para a instalação e o funcionamento de espaço destinado a funcionar temporariamente a 11ª zona eleitoral de Cacoal/RO, para atendimento aos eleitores no referido município, em razão da reforma que está sendo realizada no imóvel da 11ª Zona Eleitoral de Cacoal/RO, conforme Cláusula Primeira de ambas as minutas dos Acordos de Cooperação Técnica.

Quanto ao prazo de vigência, destaca-se que o art. 57, § 3º, da Lei Geral de Licitações e Contratos, veda a celebração de contrato com prazo de vigência indeterminada, razão pela qual, por força do art. 116, caput, "*aplica-se aos convênios, ajustes e outros instrumentos congêneres celebrados por órgãos ou entidades da Administração Pública*".

Sendo assim, nos termos da Cláusula Quarta, os referidos acordos terão vigência no período de 20/09/2021 a 30/11/2021, podendo ser



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

prorrogado se houver interesse de ambas as partes, mediante lavratura de Termo Aditivo.

Pelo exposto, considerando o Parecer Jurídico AJDG n. 170/2021 ([0749556](#)) e a Manifestação SAOFC [0749813](#), vislumbrando sua vantajosidade e com fulcro no art. 1º, inciso II, da Portaria GP nº 66/2018:

a) autorizo a celebração dos Acordos de Cooperação Técnica entre este Tribunal e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), bem como com o CACOAL SHOPPING, por meio da empresa RPC ADMINISTRADORA DE IMOVEIS EIRELI, CNPJ 25.206.342/0001-93 ([0745917](#)), consoante minutas aprovadas pela Assessoria Jurídica, em observância ao art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93;

b) determino a correção da minuta de Acordo de Cooperação Técnica (**evento [0745913](#)**), a fim de que conste o nome do Presidente da OAB/RO, Dr. Elton José Assis, e sua qualificação, conforme solicitado no evento [0753362](#), complementado pelo evento [0754184](#); e

c) determino a remessa dos autos à SAOFC para continuidade e providências relativas à assinatura dos Termos de acordo de cooperação, com publicação do seu extrato no Diário Oficial da União - DOU e no Diário da Justiça Eletrônico - DJE.

Ao Juízo da 11ª Zona Eleitoral para ciência.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 25/10/2021, às 16:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0754533** e o código CRC **8088155B**.